

**723ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 19
E 20 DE MAIO DE 2023, REUNIÃO
REALIZADA EM BRASÍLIA-DF.**

PARTICIPANTES: Os economistas Paulo Dantas da Costa – presidente; Eduardo Rodrigues da Silva – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Clovis Benoni Meurer, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávia Vinhaes Santos, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Roberto Polli Lobo e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – conselheiros federais. Estiveram presentes os conselheiros suplentes convocados pelo rodízio: Noel Leite da Silva e Omar Corrêa Mourão Filho. Presentes, ainda, a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Renata Reis Almeida, coordenadora de Comunicação; Jane Lopes da Silva, Keliane Souza de Jesus, Luiza Rodrigues Borges e Rielisson Barbosa de Moura, assessores. (áudio, manhã e tarde, 19.05.2023 – 00:00:06 – 04:47:00) **1. ABERTURA DA SESSÃO.** Às nove horas e onze minutos do dia 19 de março de 2023, na sede do Conselho Federal de Economia, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, iniciou a sessão. **1.1. Justificativas de ausência e votação.** Não Houve. **2. Expediente.** **2.1. Atas das sessões plenárias anteriores:** 721ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 09 e 10 de março de 2023; 722ª Sessão Plenária Extraordinária Virtual, realizada no dia 24 de abril de 2023; Tribunal Superior de Ética, realizado no dia 06 de março de 2020. As atas foram colocadas em votação, a conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva apresentou solicitação de correção na ata da 721ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, após ajustes, as atas foram aprovadas por unanimidade. **2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;** o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa participou dos seguintes eventos: - 21/03/2023: participou da 93ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, acompanhado da superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília-DF; - 21/03/2023: participou de reunião institucional com os presidentes do Conselho Federal de Administração (CFA) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na sede do CFC, em Brasília-DF; - 25/04/2023: participou da 94ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, acompanhado da superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC),

em Brasília-DF; - 25/04/2023: participou em mesa de abertura do Seminário “Novo Arcabouço Fiscal: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável”, no Espaço Israel Pinheiro, em Brasília- DF.

Participação em eventos: Colaboradores: - 22/03/2023: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual; - 24/03/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e o assessor do Cofecon Paulo Roberto Samuel Alves Júnior participaram de evento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que contou com a presença da deputada federal Erika Kokay, em Brasília-DF; - 11/04/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda ministrou palestra com o tema “Reindustrialização para o Desenvolvimento Brasileiro”, em evento organizado pelo Corecon-GO, em Anápolis-GO; - 12/04/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou como expositor de audiência pública com o tema “Avaliar os recentes aumentos nas taxas de juros e seu impacto sobre a dívida pública”, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF; - 18/04/2023: O procurador-geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou de almoço institucional do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília-DF; -19/04/2023: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual; 25/04/2023: O procurador-geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou de reunião organizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de concluir o programa de aprimoramento profissional e estreitamento do relacionamento, em Brasília-DF; - 25/04/2023: Os conselheiros federais Antonio Corrêa de Lacerda e Fernando de Aquino Fonseca Neto, participaram como debatedores no Seminário “Novo Arcabouço Fiscal: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável”, no Espaço Israel Pinheiro, em Brasília- DF; - 27/04/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou de seminário organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o tema "Governança, Transparência e Dados Abertos nos Conselhos de Fiscalização Profissional", em Brasília-DF; - 28/04/2023: Os conselheiros federais Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participaram do III Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG; - 03/05/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou do Congresso Nacional de Dirigentes de Conselhos de Fiscalização Profissional - FISPRO/2023, em formato virtual; - 09/05/2023: Os funcionários do Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior e a estagiária do Cofecon Amanda Camargo Lemos participaram do Ato de lançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais, com objetivo de garantir a repercussão no Congresso Nacional de uma agenda positiva a favor dos Conselhos Profissionais, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

Matérias e Entrevistas:

Presidente Paulo Dantas da Costa. No dia 27/04: Paulo Dantas: “Estado deve possibilitar todas as iniciativas que visem ao crescimento”, afirmou o presidente do Cofecon em entrevista ao Jornal do Meio-Dia, da Rádio Campina FM; - no dia 03/05: Paulo Dantas: “aumento do salário mínimo é positivo”. Em

entrevista à RadioWeb, Dantas afirmou que a expectativa é de que os próximos reajustes contenham ganhos reais mais significativos. Matérias e Entrevistas: Cofecon e Conselheiros federais. No dia 10/03: Juros altos podem prejudicar saúde financeira das empresas, afirmou a conselheira federal Ana Cláudia Arruda à CBN Recife; no dia 15/03: Já passou da hora de diminuir a taxa de juros, afirmou o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, integrante da Comissão de Estratégia do BNDES, em entrevista à Rede TVT; no dia 17/03: Novo arcabouço deve permitir investimento, gastos sociais e equilíbrio fiscal, afirmou o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda em entrevista à rádio Eldorado; no 20/03: Um olho no dia a dia e outro no futuro, entrevista completa do conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda para a revista Gestão de Manutenção & Ativos; no dia 24/03: Quebra de bancos e crise financeira mundial: como ficam os juros?, o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou, como debatedor, do programa Nova Economia, da TV GGN, ao lado de Luis Nassif, Sergio Leo, Leda Paulani e João Furtado; no dia 30/03: PIB 2022: O que esse número diz sobre o último ano de governo de Bolsonaro?, Conselheiro Federal Fernando de Aquino falou ao portal Her Campus, da Casper Líbero; no dia 31/03: Confiança da indústria sobe 2,4 pontos em março e atinge maior índice desde outubro de 2022, o conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica, Fernando de Aquino, foi entrevistado pela equipe do portal Brasil 61; no dia 04/04: Qualidade de vida e cidades inteligentes, artigo de opinião por Lauro Chaves Neto; no dia 14/04: INCC registra leve variação no custo da construção civil, Matéria originalmente postada no portal Brasil 61, com participação da conselheira federal Ana Cláudia Arruda; no dia 17/04: Os efeitos do dólar abaixo de cinco reais, o coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino, foi convidado para participar do programa RW dinheiro; no dia 18/04: Antonio Corrêa de Lacerda fala ao GloboNews sobre expectativa do novo arcabouço fiscal; no dia 19/04: Tramitação do novo arcabouço fiscal pode atrasar análise da LDO, o economista Roberto Piscitelli, integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon, falou à rádio BandNews; no dia 19/04: A taxação de produtos de até 50 dólares enviados por lojas virtuais foi tema de matéria veiculada na rádio BandNews, com a participação do conselheiro federal Róridan Duarte; no dia 02/05: Desenvolvimento local e planejamento municipal, Artigo de opinião publicado originalmente em O Povo por Lauro Chaves Neto; no dia 05/05: Conselheiro federal comenta cobrança de ICMS, o economista Fernando de Aquino destaca que decisão vai trazer melhorias, em entrevista para o portal Agência Brasil; no dia 10/05: Contextualizando o novo arcabouço fiscal, por Fernando de Aquino, Artigo de opinião pelo conselheiro federal Fernando de Aquino, veiculado originalmente no portal GGN. 2.3. *Correspondências relevantes*; o relatório com a relação de correspondências recebidas e expedidas foi enviada aos participantes e encontra-se disponível na pasta dos participantes. Não houve manifestação sobre o item. 2.4. *Informes dos coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon*. O coordenador da Comissão de Licitação, econ. Antônio de Pádua Ubirajara e Silva informou que

106 dentre a relação de itens da licitação, destacou o andamento do processo licitatório para
107 contratação de empresa de carteiras profissionais, o extrato do edital foi publicado, chegaram
108 questionamentos de 03 (três) empresas e uma impugnação sobre a segregação dos itens do
109 objeto o qual se encontra agrupado em lote único, a resposta à impugnação foi feita com
110 indeferimento do pleito mediante justificativa. O coordenador relacionou os itens de
111 contratação em vigor: contratação de empresa de limpeza, conservação e recepcionista; locação
112 de máquina de café, contratação de espaço em nuvem para utilização do SEI e contratação de
113 empresa de passagens aéreas. O presidente do Cofecon e coordenador da Comissão de
114 Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativo, Paulo Dantas da Costa, informou
115 realização de reunião com os presidentes dos Conselhos Federais de Administração e de
116 Contabilidade a fim de tratar de assuntos pertinentes as profissões. A coordenadora do 8º
117 Desafio Quero Ser Economista, Maria de Fátima Miranda, passou um relato sobre o andamento
118 dessa premiação. Solicitou que fosse constato em ata a atuação de todos os Conselhos
119 Regionais de Economia para o êxito do Desafio. Na sequência relatou sobre as oficinas de
120 EAD. O coordenador da Comissão de Comunicação, Antonio Corrêa de Lacerda, relatou sobre
121 as ações realizadas entre os meses de março a maio de 2023, bem como informou sobre as
122 ações previstas para o mês de julho de 2023. O coordenador da Comissão de Governança,
123 Clovis Benoni Meurer, informou sobre a demora na contratação da empresa responsável pela
124 confecção das carteiras profissionais, relatou sobre o projeto do SEI – Sistema Eletrônico de
125 Informações - que está em fase de implantação no Conselho Federal de Economia. O
126 coordenador da Comissão de Normas e Legislação, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva,
127 informou que a Comissão está trabalho com cinco temas, entre eles, quatro serão temas de
128 pauta e o quinto tema sobre regimento do Corecon Acadêmico foi retirado de pauta para
129 melhor análise. O coordenador da Comissão Desenvolvimento Regional, Lauro Chaves Neto,
130 informou que a Comissão elaborou um cronograma de debates que será implementado. O
131 coordenador da Comissão de Previdência Complementar do Economista, João Manoel
132 Gonçalves Barbosa, apresentou sua experiência com previdência e informou que necessidade
133 conversar com os membros da Comissão sobre o tema. O coordenador da Comissão de Reforma
134 Tributária, Antonio Corrêa de Lacerda, informou que está sendo analisado a realização de um
135 terceiro seminário sobre reforma tributária e a confecção da revista economista com o enfoque
136 no tema reforma tributária. A coordenadora da Comissão de Perícia Econômico-Financeira
137 Mediação e Arbitragem, Maria de Fátima Miranda, informou sobre a realização de reunião da
138 Comissão com os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, a fim de apresentar a
139 programação de trabalho da Comissão e solicitar parceria. A coordenador da Comissão de
140 Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil, Flávia

Vinhaes Santos, informou que o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social produziu uma nota que foi encaminhada ao Copom e ao presidente do Banco Central sobre a manutenção da taxa Selic em 13,75%. Informou também sobre a elaboração de manifesto aos governantes, parlamentares e sociedade em geral contendo os cinco eixos do fórum e a sua estratégia de divulgação. O coordenador da Comissão de Negociação Funcional, Eduardo Rodrigues da Silva, comunicou que o tema de negociação funcional é ponto de pauta desta sessão que será apresentado a avaliação e proposta. O coordenador da Comissão Eleitoral, João Manoel Gonçalves Barbosa informou que o procedimento eleitoral permanece o mesmo dos anos anteriores, alterando apenas as datas do calendário. No que se refere a Comissão do XXV Congresso Brasileiro de Economia, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, informou que houve alteração da data em sessão extraordinária e o vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que o está sendo dado o andamento com a data alterada e o espaço para o congresso está reservado. O conselheiro federal Heric Santos Hossoé complementou a informação dizendo que 80% dos palestrantes confirmaram presença e, disse ainda, sobre a criação de Comissão para análise dos trabalhos científicos. A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, apresentou o site do congresso e a identidade do evento. O coordenador da Comissão de Política Econômica, Fernando de Aquino Fonseca Neto, informou que a Comissão planeja realizar um seminário sobre política monetária. O conselheiro Lauro chave Neto sugeriu convidar o presidente do Banco Central para participar desse seminário.

Grupos de Trabalhos. O coordenador do Grupo de Trabalho Situação Patrimonial dos Corecons, João Manoel Gonçalves Barbosa, informou que há 7(sete) Corecons que não possuem sede própria e os Conselhos devem atuar juntamente com a superintendente de Patrimônio do Estado para localizar a cessão de espaço para a sede desses conselhos. A coordenadora do Grupo de Trabalho de Estatísticas Econômicas, Flávia Vinhaes Santos, apresentou uma planilha de indicadores econômicos que será utilizada para análise econômica. O presidente do Cofecon e coordenador do Grupo de Trabalho de Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons, Paulo Dantas da Costa, informou que o Conselho Federal está em fase de escolha da banca examinadora. O coordenador do Grupo de Trabalho Economista Empreendedor, Lauro Chaves Neto, informou que no próximo mês se realizará ciclo de debates virtual. O coordenador do Grupo de Trabalho Migração e Implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal no Conselho Federal e Conselhos Regionais de Economia, Eduardo Rodrigues da Silva, informou continuidade no procedimento de implantação e, que, falta apenas o Conselho Regional de Economia da 2ª Região – SP. O coordenador do Grupo de Trabalho Modernização Tecnológica Corecons, Clovis Benoni Meurer, informou que termina em 31 de maio o prazo dos Conselhos Regionais de Economia apresentarem pedido de apoio

para a sua modernização tecnológica. 2.5. *Informes dos conselheiros federais.* O conselheiro federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva informou que esteve representando o Cofecon na posse da nova diretoria do Conselho Regional de Economia da 10ª Região – MG e do III Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG, juntamente com a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. O conselheiro federal João Manoel Gonçalves Barbosa apresentou seu informe sobre o a ação de mandado de segurança movido contra o processo de privatização da Eletrobras, pelo Corecon-RJ e Sindecon-RJ. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, sugeriu ao plenário inclusão do seguinte item de pauta, sendo ele: - Processo de auxílio financeiro do Eneoste. Todos aprovaram a inclusão. **3. Processos Administrativos e Contábeis** .1. *Processos Contábeis*; Relator: conselheiro federal Maurílio Procópio Gomes, presidente da Comissão de Tomada de Contas solicitou ao membro da Comissão conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo para relatar os balancetes do 1º trimestre do Cofecon e dos seguintes Conselhos Regionais de Economia: Processo: 20.461/2023 (Cofecon), sem ressalvas; Processo: 20.477/2023 (Corecon-AM), sem ressalvas; Processo: 20.490/2023 (Corecon-MT), sem ressalvas; Processo: 20.493/2023 (Corecon-RS), sem ressalvas; Processo: 20.495/2023 (Corecon-SP), sem ressalvas; Processo: 20.496/2023 (Corecon-PR), sem ressalvas; Processo: 20.497/2023 (Corecon-MG), sem ressalvas; Processo: 20.498/2023 (Corecon-BA), sem ressalvas; e Processo: 20.500/2023 (Corecon-SC) sem ressalvas. O presidente da Comissão apresentou os processos de prestação de contas dos Conselhos Regionais de Economia, todos com ressalvas, entrega fora do prazo: - Processo: 20.422/23-Corecon-TO, Prestação de Contas de 2022;- Processo: 20.451/23-Corecon-MA, Prestação de Contas de 2022; - Processo: 20.452/23-Corecon-PA/AP, Prestação de Contas de 2022; - Processo: 20.454/23-Corecon-BA, Prestação de Contas de 2022; - Processo: 20.456/23-Corecon-PB, Prestação de Contas de 2022; - Processo: 20.487/23-Corecon-GO, Prestação de Contas de 2022. O conselheiro federal João Manoel Gonçalves Barbosa apresentou as seguintes prestações de contas de auxílios financeiro dos Conselhos Regionais de Economia: - processo: 20.085/2022- Corecon-PB - Evento: XI Gincana Nacional de Economia, valor R\$ 30.000,00; Evento: XXVII Simpósio Nacional de Economia - valor: R\$ 125.000,00. Aprovado com ressalvas de entrega fora do prazo e condicionado à devolução de R\$ 35.628,60, não utilizado nos eventos; - processo: 20.0343/2022- Corecon-MT, Evento: Modernização Tecnológica, valor R\$ 6.745,20, aprovado com ressalva, entrega fora do prazo; - processo: 20.365/2022- Corecon-PR, Evento: Modernização Tecnológica, valor R\$ 4.000,00, aprovado sem ressalva. Os processos foram colocados em votação e aprovado por unanimidade. A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa solicitou que conste em ata a sua ausência no momento da votação do processos contábeis. 3.1.1. *Voto Vista Prestação de Contas 2022 Corecon-AC (Processo nº 20.412/2023);*

a relatora, conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, informou que realizou análise da prestação de contas e concluiu pela homologação do processo sem ressalvas. Em votação, aprovado por unanimidade. 3.2. Processos Administrativos. 3.2.1. *Processos de Registro Profissional: conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo, coordenador da Comissão de Fiscalização e Registro Profissional*; o relator solicitou a retirada de pauta dos processos nº 20428/2023 e 20425/2023, ambos do Conselho Regional de Economia da 1ª Região – RJ, por falta de informações - será solicitado esclarecimento ao conselho. Na sequência, o relator apresentou para homologação os processos de recurso de cancelamento de registro: Processo nº 20.426/2023 - Corecon/RJ, Interessado: Amanda Duarte Mergulhão; Processo nº 20.434/2023 - Corecon/SP, Interessado: Marina Melo Montemor; Processo nº 20.421/2023 - Corecon/MG, Interessado: Sandra de Moura Santana; Processo nº 20.433/2023 - Corecon/SP, Interessado: Karina Yachouh; Processo nº 20.420/2023 - Corecon/MG, Interessado: Zuleica Reis Avila; Processo nº 20.415/2023 - Corecon/ES, Interessado: Luiz Otávio Stefanelli Potsch; Processo nº 20.416/2023 - Corecon/ES, Interessado: Leonardo Ragone de Araujo e Processo nº 20.435/2023 - Corecon/SP, Interessado: Bráulio Santiago Cerqueira. O relator apresentou o voto pelo conhecimento do recurso para, no mérito, negar provimento. Processos de recurso contra obrigatoriedade de registro: Processo: 20.430/2023 - Corecon/SP, Interessado: Fernando Franco Gomide; Processo: 20.432/2023 - Corecon/SP, Interessado: Eduardo Henrique de Souza Rangel e Processo: 20.431/2023 - Corecon/SP, Interessado: Marcos Vinicius Antoniassi Monteiro. O relator apresentou o voto pelo conhecimento do recurso para, no mérito, negar provimento. Processos de recurso de remissão de débitos: Processo: 20.429/2023 - Corecon/RJ, Interessado: Marco Antônio Bruno Monção e Processo: 20.427/2023 - Corecon/RJ, Interessado: Jose Menezes Ferreira. O relator votou pelo conhecimento do recurso para, no mérito, negar provimento. Processo: 20.424/2023 - Corecon/RJ, Interessado: NBC – Planejamento e Assessoria Empresarial LTDA. O relator votou pelo não conhecimento do recurso visto sua intempestividade. Recurso: Cancelamento de Registro com Remissão de Débitos: Processo nº 19.926/2021 - Corecon/RJ, Interessado: Vivian MacKnight. O relator votou pelo conhecimento do recurso para, no mérito, negar provimento. Os processos foram colocados em votação e aprovado por unanimidade. 3.2.2. *Processos de Auxílio Financeiro: o conselheiro federal Carlos Alberto Safatle, coordenador da Comissão de Educação, processos apresentados para aprovação do plenário: - Processo: 20.479/2023 (Corecon-AL), Auxílio Financeiro: XI Prêmio Estímulo ao Estudante de Economia 2023, valor solicitado: R\$ 3.000,00, o relator votou pela possibilidade que foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; - Processo: 20.445/2023 (Corecon-RS), Auxílio Financeiro: V Encontro de Economia do Rio Grande do Sul, valor solicitado: R\$ 6.500,00, o relator votou pela possibilidade que foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; - Processo: 20.449/2023 (Corecon-PR), Auxílio Financeiro: 33º Prêmio Paraná de Economia, valor solicitado: R\$ 2.500,00, o relator votou pela possibilidade que foi colocado em votação e*

246 aprovado por unanimidade; - Processo: 20.457/2023 (ECOECO), Auxílio Financeiro: XV Encontro
247 Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, valor solicitado: R\$ 10.000,00; o relator votou
248 pela possibilidade do apoio no valor de R\$ 6500,00 na forma de reembolso, que foi colocado em votação
249 e aprovado por unanimidade; - Processo: 20.464/2023 (Corecon-AM), Auxílio Financeiro: XIII ENAM,
250 valor solicitado: R\$ 6.500,00, o relator votou pela possibilidade que foi colocado em votação e aprovado
251 por unanimidade; - Processo: 20.396/2023 (Corecon-AM), Auxílio Financeiro: XVI Prêmio Amazonas de
252 Monografia, valor solicitado: R\$ 4.000,00. Relator votou pela concessão do auxílio financeiro
253 condicionado à comprovação de adimplência do Corecon perante o Cofecon e com a recomendação da
254 correção do prazo do edital, o voto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; - Processo: ,
255 20.485/2023 (Corecon-SE), Auxílio Financeiro: XII Prêmio Sergipe de Economia, valor solicitado: R\$
256 3.000,00, o relator votou pela concessão do auxílio financeiro condicionado à comprovação e aprovação
257 do balancete pela CTC, o voto do relator foi colocado em votação e aprovado por unanimidade;-
258 Processo: 20.478/2023 (Corecon-DF), Auxílio Financeiro: Terceiro Workshop Internacional, valor
259 solicitado: R\$ 5.500,00. O relator votou pela concessão do auxílio financeiro condicionado à
260 regularização contábil, o voto do relator foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; -
261 Processo: 20.505/2023 (Corecon-GO), Auxílio Financeiro: XIII Encontro de Economistas do Centro
262 Oeste – Eneoste, valor solicitado: R\$ 6.500,00. O relator votou pela concessão do auxílio financeiro
263 condicionado à regularização contábil, o voto do relator foi colocado em votação e aprovado por
264 unanimidade. O relator informou que o processo nº 20.494/2023(Corecon-PB) foi retirado de pauta.
265 *3.2.3. Processos de Modernização Tecnológica:* o conselheiro federal Clovis Benoni Meurer,
266 coordenador da Comissão de Governança: Planejamento Estratégico, Transparência e LGPD,
267 apresentou para votação: - Processo: 20.341/2022 (Corecon-GO), Auxílio Financeiro: Modernização
268 Tecnológica, valor solicitado: R\$ 8.000,00. Voto pela aprovação condicionado à regularização contábil, o
269 voto foi apresentado para o plenário e aprovado por unanimidade; - processo: 20.491/2023 (Corecon-SC),
270 Auxílio Financeiro: Reforma de Sede, valor solicitado: R\$ 8.000,00. Voto pela aprovação condicionado à
271 regularização contábil. O voto foi apresentado para votação e aprovado por unanimidade. *3.2.4. Voto*
272 *Vista Modernização Tecnológica Corecon-PB (Processo nº 20.362/2022);* o relator,
273 conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo, relatou seu voto nos seguintes termos: “Tendo
274 em vista que o Corecon-PB está inadimplente com o Cofecon pelos motivos que se seguem:
275 Processo 20.485/2022 – Auxílio financeiro, SINCE e GNE com pendências para devolver recursos ao
276 Cofecon; Processo 20.192/2022 – Auxílio financeiro do X Prêmio Paraíba de Economia, não apresentou a
277 prestação de contas; e não apresentou o balancete do 1º Trimestre de 2023. O relator posiciona divergente
278 ao voto do relator para sobrestar o auxílio financeiro até que o Corecon-PB regularize a sua situação
279 contábil frente ao Cofecon. O voto do relator foi colocado em votação e aprovado por unanimidade **4.**
280 **Ordem do Dia** 4.1. *Decisão Ad Referendum* do Plenário: 4.1.1. *Deliberação nº 5.027, de 3 de*

abril de 2023: Homologa processos contábeis dos Conselhos Regionais de Economia. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, relacionou os processos contábeis apresentados para aprovação, os processos foram aprovados *ad referendum* do plenário por necessidade de prazo do Tribunal de Contas da União, conforme justificativa relatada pelo conselheiro e membro da Comissão de Tomada de Contas, João Manoel Gonçalves Barbosa. Processos: - *Balancete Trimestral do Conselho Regional de Economia do 18ª Região – GO, processo nº 20.439/2023, Balancete do 3º trimestre de 2022; - Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Economia 13ª Região – AM, processo nº 20.417/2023, proposta orçamentária de 2023; - Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Economia 13ª Região – AM, processo nº 20.418/2023, reformulação orçamentária de 2022; - prestação de contas dos Conselhos Regionais de Economia: - processo: 20.411/2023 (Corecon-PE), prestação de Contas 2022; processo: 20.414/2023 (Corecon-MG), prestação de Contas 2022; processo: 20.419/2023 (Corecon-AM), Prestação de Contas 2022; - processo: 20.423/2023 (Corecon-DF), Prestação de Contas 2022; - processo: 20.440/2023 (Corecon-AL), Prestação de Contas 2022; - processo: 20.441/2023 (Corecon-RO), Prestação de Contas de 2022; - processo: 20.447/2023 (Corecon-RN), Prestação de Contas de 2022; - processo: 20.448/2023 (Corecon-ES), Prestação de Contas de 2022; e - processo: 20.450/2023 (Corecon-RJ), Prestação de Contas de 2022. Por fim, foram apresentados os processos de Prestações de Contas de Auxílios Financeiros dos Conselhos Regionais de Economia listados: - processo: 20.095/2022 (Corecon-SE), Evento Modernização Tecnológica, valor R\$ 10.480,51 e processo: 20.321/2022 (Corecon-ES), Evento Modernização Tecnológica, valor R\$ 7.000,00. Os processos *ad referendum* foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. 4.2. Calendário Eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons para 2023 (Processo nº 20.472/2023); o relator conselheiro e presidente da Comissão Eleitoral, João Manoel Gonçalves Barbosa, apresentou o calendário eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons para o exercício de 2023 e apontou que não houve modificação do calendário do ano passado para este exercício, exceto alteração de datas. o voto do relator foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 4.3. Regulamento da XII Gincana Nacional de Economia (Processo nº 20.473/2023); o relator, conselheiro federal e coordenador da Comissão de Educação, Carlos Alberto Safatle, apresentou a minuta de regulamento a Gincana Nacional de Economia deste exercício, que ajustou o valor da premiação para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Após o relator, colocou-se em votação e foi aprovado por unanimidade. 4.4. Proposta de regulamentação da atividade de Consultor Econômico-Financeiro Independente (Processo nº 20.476/2023); O relator e presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, apresentou seu voto sobre o item esclarecendo que a demanda é oriunda do Corecon-SP, em que se pleiteia a regulamentação da atividade de consultor*

econômico – financeiro independente(CEFI), o Corecon apresentou sugestões que foi debatido em torno da atualização das atividades dentro da Comissão de Normas e que foram apresentadas as sugestões e considerações apresentadas na minuta colocada em votação e aprovado por unanimidade. **5. Continuação, Ordem do Dia. 5.1. Proposta de registro de bacharéis em Relações Internacionais do UFSC. Procedência: Corecon-SC (Processo 20.458/2023);** o relator, conselheiro federal e coordenador da Comissão de Educação, Carlos Alberto Safatle, informou ao plenário que procedeu a análise da grade curricular do curso de relações internacionais da UFSC, com vistas à emissão do registro, manifestou parecer favorável ao registro, visto que em sua formação contempla os requisitos e conhecimentos necessários ao bom desempenho de atividade correlata à Economia, conforme consta na proposta do curso. O voto do relator foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **5.2. Proposta de registro de bacharéis em Relações Internacionais do UNIJORGE. Procedência: Corecon-BA (Processo 20.465/2023);** o relator, conselheiro federal e coordenador da Comissão de Educação, Carlos Alberto Safatle, informou ao plenário que procedeu a análise da grade curricular do curso de relações internacionais da Unijorge, com vistas à emissão do registro, o relator manifestou-se favorável ao registro, visto que em sua formação contempla os requisitos e conhecimentos necessários ao bom desempenho de atividade correlata à Economia, conforme proposto no curso. O voto do relator foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **5.3. Projeto de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Processo nº 20.266.2022);** o relator, conselheiro federal e coordenador da Comissão de Governança e coordenador do Grupo de Trabalho Modernização do Sistema Cofecon/Corecons, Clovis Benoni Meurer, apresentou ao plenário o projeto de alinhamento SEI – Sistema Eletrônico de Informação - com a colaboração do empregado do Cofecon João Henrique Vieira Costa que fez a explanação do SEI de sua aplicabilidade, abordou sobre a necessidade de treinamento, prazos e a aquisição de tecnologia. Após apresentação, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, apresentou o custo desse projeto para o Cofecon, no valor de R\$ 46.370,00 (quarenta e seis mil, trezentos e setenta reais). O valor estimado do projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **5.4. Relatório sobre a abrangência da atuação profissional de mestres e doutores no mercado de trabalho.** O relator e vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que o Corecon/SP encaminhou ao Cofecon os Ofícios nº 2299/2022 e 0484/2023 em busca de orientações e esclarecimentos a respeito da abrangência das atividades que os profissionais mestre e doutores em Economia poderão exercer no mercado de trabalho, cujas informações são essenciais para o adequado registro e a consequente fiscalização desses profissionais. Ao analisar tais expedientes, de fato, observou-se a necessidade de ajustes e aperfeiçoamentos ao regimento recentemente baixado pelo Cofecon, especialmente considerando a pertinência das dúvidas e considerações apontadas pelo referido Regional.

A primeira alteração apresentada visa atribuir ao Plenário do Cofecon – auxiliado por suas comissões, em especial a de Educação – a competência para, de ofício ou a requerimento, avaliar e definir quais os programas de mestrado e doutorado são passíveis de registro no Corecon, bem como regulamentar seus respectivos campos de atuação profissional, o que conferirá maior segurança para o processo de registro e fiscalização. Em outras palavras, além da necessidade dos programas de mestrado e doutorado em Economia necessariamente serem recomendados pela CAPES e aprovados pelo CNE/MEC, imprescindível se faz análise e aprovação por parte do Cofecon, em especial no que tange à delimitação de seus respectivos campos de atuação, limitando-se a respectiva área de concentração ou linha de pesquisa de seus programas, e respeitando-se as atividades privativas dos economistas. Outra alteração proposta visa clarificar a facultatividade de registro aos egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia – já devidamente aprovados e regulados pelo Cofecon – que exercerem exclusivamente atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão em instituição de ensino superior. Por outra banda, uma vez constatado o efetivo exercício de atividades profissionais afetas à Economia e finanças por egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia já aprovados e regulados pelo Cofecon, o registro perante o Corecon se faz obrigatório, sob pena de exercício ilegal da profissão, nos termos do artigo 18 da Lei nº 1.411, de 1951 e do artigo 48 do Decreto nº 31.794, de 1952. Assim, especialmente considerando: (i) que a CF/88 prevê a educação como direito fundamental e que o Estado deve efetivar e garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, inclusive a educação superior, e a educação profissional e tecnológica, compreendendo programas de mestrado e doutorado; (ii) que os conselhos possuem competência para regular o registro, seja dos bacharéis, seja dos pós-graduados em *stricto sensu*, sobretudo à luz da efetivação das normas constitucionais sobre a fiscalização do exercício profissional; e (iii) a necessidade de ajustes e melhoria à normatização de regência, é que o voto do relator é pela aprovação das propostas de alteração constantes na minuta apresentada. Após debate do item, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, solicitou vista à matéria. **6. Economia em Debate.** Tema: “Políticas de Desenvolvimento para o Nordeste”. Palestrante: Econ. Aristides Monteiro, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA. Mediador: Fernando de Aquino Fonseca Neto, integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon. Abertura: Paulo Dantas da Costa, presidente do Cofecon. Acesso YouTube: https://youtube.com/live/WupAVTY_BwU?feature=share (áudio, manhã, 20.05.2023 – 00:00:08 – 01:11:02) **7. Descerramento de placa de homenagem na galeria de ex-presidentes do Cofecon.** 7.1. *Gestões 2020 a 2022 – Ex-presidente Antonio Corrêa de Lacerda.* Realizou-se o descerramento de placa de homenagem da placa do ex-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, na galeria de ex-presidentes do Cofecon. **8. Nota Oficial sobre Conjuntura Econômica.** 8.1. *Nota Oficial sobre Conjuntura Econômica;* o relator, conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica, Fernando de Aquino

Fonseca Neto, apresentou a minuta da nota que após discussão, foi aprovada nos seguintes termos: “A política de valorização do salário mínimo, que instituiu o reajuste do piso salarial nacional no período de 2008 a 2017, consistiu em aplicar o reajuste do INPC dos últimos doze meses, como forma de preservar o poder aquisitivo do salário mínimo, somado à variação do PIB de dois anos anteriores, a título de aumento real da renda do trabalho. No período 2018 a 2022, sequer houve reposição das perdas inflacionárias, enquanto a política anterior garantiu, para além de uma melhor distribuição geral de renda, pessoal e regional, a distribuição para aqueles que se encontravam na base da pirâmide social. A literatura também aponta o impacto positivo desta política na queda da fome no país, que levou o Brasil a sair do mapa da fome da ONU, em 2014. Em relação à estruturação do mercado de trabalho, a valorização real do salário mínimo, ao elevar a demanda por bens de consumo popular, levou à queda expressiva da desigualdade sem ter provocado desemprego, inflação, estagnação econômica ou piora das contas públicas, ao contrário, gerou elevado contingente de postos de trabalho com vínculo formal e aumento da arrecadação. Diante dos importantes resultados decorrentes da prolongada adoção desta política e frente ao atual cenário de crise social, elevada pobreza, aprofundamento da desigualdade e desorganização do mercado de trabalho, torna-se urgente a definição, por parte deste governo, de uma nova política de valorização do salário mínimo que tenha o poder de dinamizar a Economia. Lembremos aqui o poder multiplicador que é atribuído aos aumentos do salário mínimo, inclusive por seus efeitos na curva salarial das empresas, nos benefícios previdenciários e de prestação continuada, além de funcionar como referência para a remuneração também no setor informal. A estrutura regressiva da tributação brasileira, com o grande peso dos impostos indiretos (que deveria ser corrigido pela reforma tributária), faz com que parte expressiva dos gastos das classes menos privilegiadas, que têm maior propensão ao consumo, retornem aos cofres públicos em forma de arrecadação, suavizando o impacto nos gastos previdenciários. A fórmula do reajuste proposta ao Congresso repete a bem-sucedida fórmula anterior, já conhecida e respaldada pela população. Também poderia ser alguma variação próxima como a média móvel do PIB de mais anos anteriores (três ou quatro anos), somada à recomposição do poder de compra (INPC do ano anterior). Importa considerar também reivindicações das Centrais Sindicais que consiste em garantir um acelerador da Economia representado pelo aumento adicional nos próximos três anos da defasagem deixada pelo governo anterior. Seja qual for a fórmula aprovada, fundamental é que este aumento seja implementado no curto prazo de forma a garantir um impacto mais robusto e potente no crescimento econômico, afinal, políticas de inclusão e redução das desigualdades são muito difíceis sem um ambiente econômico de crescimento”.

9. Continuação Ordem do Dia. 9.1. Relato da Comissão de Negociação Funcional 2023; o relator, vice-presidente e coordenador

da Comissão de Negociação Funcional, Eduardo Rodrigues da Silva, comunicou que o pleito dos funcionários foi de manter todas as cláusulas, recompondo apenas, salários e benefícios em 11,16%(onze vírgula, dezesseis por cento), índice calculado com base na variação das receitas do Cofecon no período de 2021-2022. O plenário, aprovou, reajustar a título de recomposição salarial, os valores constantes da Tabela Salarial do Plano de Cargos e Salários - PCS, e dos Cargos em Comissão, assim como as funções gratificadas e demais verbas do Cofecon - aprovados pela Deliberação nº 5.000, de 30 de maio de 2022 -, tendo como referência o valor pago no mês de abril de 2023, em 3,83% (três vírgula oitenta por cento), referente ao INPC/IBGE acumulado de maio de 2022 a abril de 2023, acrescido de 1,17% (um vírgula oitenta e sete por cento) a título de ganho real e os demais itens manteve-se. 9.2. *Atualização dos valores das diárias (Processos 15.043/2011 e 18.448/2018)*; o relator e vice-presidente, Eduardo Rodrigues da Silva, apresentou proposta de reajuste da diária, no percentual de 3,834320%, correspondente à variação acumulada do INPC no período de maio de 2022 a abril de 2023, fixando-a em R\$ 1.013,00 (um mil e treze reais). O item foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 9.3. *Projeto de realização do I Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade (Processo nº 20.475/2023)*; o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, sugeriu que a relatora, conselheira federal e coordenadora da Comissão da Mulher Economista e Diversidade, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, retirasse temporariamente o item de pauta e reapresentasse a proposta para inclusão em próxima reunião plenária. A conselheira Mônica Beraldo Fabrícia da Silva sugeriu que o evento não aconteça no mês de março. **10. Outros Assuntos:** o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, informou a sua intenção de organizar o Sistema Cofecon/Corecons no tocante à viabilidade econômica de alguns Conselhos Regionais. A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa mencionou que ao analisar a prestação de contas 2022 do Conselho Regional de Economia da 23ª região – AC, constatou que o Regional possui apenas 43 (quarenta e três) economista adimplentes, e nesse caso, há inviabilidade de manutenção desse Conselho. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, solicitou ao presidente da Comissão de Tomada de Contas, Maurílio Procópio Gomes, um estudo da situação dos Conselhos Regionais. Por fim, registrou-se a galeria das revistas economista no corredor de entrada da sede deste conselho. **11. Encerramento.** O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, agradeceu a presença de todos e, às 12h04, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo presidente da Sessão. Brasília, 20 de maio de dois mil e vinte e três.

Econ. Paulo Dantas da Costa
Presidente do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *ad hoc*